



**SAVIRES**  
ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES



ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAIPOCA/CE

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**ATT: ILMA. SRA. WILSIANE SOARES DE OLIVEIRA MARQUES**  
**REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23.23.09/CP**

SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.346.772/0001-12, com endereço à Rua Sub-Estação, 25, Bairro Regis Diniz, Tianguá/CE, por intermédio de seu Representante Legal, Sr. Sales Cavalcante Lima, CNH nº 05747512760 DETRAN-CE, CPF nº 041.165.023-83, , vem, perante esta nobre Comissão Permanente de Licitação, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** com fulcro no artigo 109, I, "a", da Lei 8.666/93, contra sua inabilitação indevida, tendo em vista que atendeu todos os itens do edital regulador do certame em epígrafe, pelo que requer seja encaminhado à consideração pela autoridade superior, nos termos da Lei de Licitação, atribuindo ao presente, desde já, EFEITO SUSPENSIVO, conforme dispõe os §§ 2º e 4º do citado art. 109 da Lei 8.666/93.

Termos em que pede e espera deferimento.

Tianguá/CE, 15 de dezembro de 2023.

SALES CAVALCANTE  
LIMA:04116502383

Assinado de forma digital por  
SALES CAVALCANTE  
LIMA:04116502383  
Dados: 2023.12.15 15:47:41 -03'00'

**SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**  
**CNPJ nº 22.346.772/0001-12**  
**SALES CAVALCANTE LIMA**  
**Representante Legal**



☎ 88 9 9377-9889 / 88 9 9363-0999/ 88 2133-1953  
✉ salles\_cavalcante@hotmail.com / saviresconstrucoes@gmail.com  
Rua da Sub Estação, Nº 25, Bairro Regis Diniz, Cep: 62.322.468 - Tianguá-Ceará  
CNPJ: 22346.772/0001-12



**RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RECORRENTE: SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**

**RECORRIDO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA/CE**

**PROCESSO Nº: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23.23.09/CP**

Douta Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Itapipoca/CE  
Ilustre Autoridade Superior

**1 – DOS FATOS**

Conforme análise dos Documentos de Habilitação, a Sra. Presidente da Comissão Permanente de Licitação inabilitou a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**, ora Recorrente, por, supostamente, não atender a todas as exigências do Edital, vejamos:

**INABILITADAS pelos motivos a seguir expostos, as empresas: 01- SAVIRES**

**ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 22.346.772/0001-12 NÃO ATENDEU AOS**

**ITENS: 5.2.3.3.1.1.4.** Execução que realizou serviços de instalação e montagem sistema de geração de energia fotovoltaico, admitidos atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior; **5.2.3.3.1.1.5.** Execução que realizou serviços de instalação,

fornecimento e operação de sistema de telegestão, telemetria, tele controle ou telecomando de iluminação pública em tempo real (envia informações sobre ponto de luz ao software de gerenciamento e recebe ordens dadas remotamente pelo operador), admitidos atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. **NÃO ATENDEU AOS ITEM / COMPROVAÇÃO EXIGIDA: 5.2.3.4.2.** Para fins de comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância técnica e/ou de valor financeiro significativo ao atendimento do objeto **obrigatoriamente todas as constantes da Tabela 01 adiante: REFERENTE: LETRA D:** Execução de serviços de instalação e montagem sistema de geração de energia fotovoltaico, com

Atestado com potência mínima de 128 Kwp. Referente aos itens/serviços 3.77, 3.78 e 3.79 da Planilha Orçamentária.- Técnica e Financeira- A e B- Serviço entre os mais relevantes da Curva ABC e um dos principais do Objeto. **LETRA E:** Execução de serviços de instalação, fornecimento e operação de sistema de telegestão, telemetria, tele controle ou telecomando de iluminação pública em tempo real (envia informações sobre ponto de luz ao software de gerenciamento e recebe ordens dadas remotamente pelo operador), com Atestado com quantidade mínima de 150 (cento e cinquenta) unidades. Referente aos itens/serviços 3.80 da Planilha Orçamentária- Execução de serviços de

instalação, fornecimento e operação de sistema de telegestão, telemetria, tele controle ou telecomando de iluminação pública em tempo real (envia informações sobre ponto de luz ao software de gerenciamento e recebe ordens dadas remotamente pelo operador), com Atestado com quantidade mínima de 150 (cento e cinquenta) unidades. Referente aos itens/serviços 3.80 da Planilha Orçamentária- Técnica e Financeira- A- Serviço entre os mais relevantes da Curva ABC e um dos principais do Objeto.; **02- ALPER ENERGIA LTDA - CNPJ Nº**







## 2 – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a publicação da Decisão Administrativa ora atacada se deu na data de 13/12/2023, e sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 05 (cinco) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 20/12/2023, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Permanente de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

## 3 – DAS RAZÕES DE REFORMA

Inicialmente, vejamos a exigência contida no item 5.2.3.3.1.1.4, do Edital regulador do Certame:

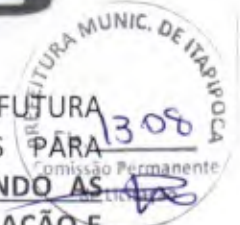
5.2.3.3.1.1.4. Execução que realizou serviços de instalação e montagem sistema de geração de energia fotovoltaico, admitidos atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

A Recorrente desconhece por qual razão essa nobre CPL decidiu por sua inabilitação, tendo em vista que seu Acervo Técnico comprova sua expertise em todos os serviços exigidos, incluindo o descrito no item 5.2.3.3.1.1.4, conforme podemos verificar através da documentação comprobatória de sua aptidão técnica constante em seu envelope de HABILITAÇÃO, vejamos:

Empresa contratada: SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME		Registro: 0006455148-CE	
<b>2. Dados do Contrato</b>			
Contratante: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS SILVA		CPF/CNPJ: 873.948.853-68	
SITIO JABURU		Nº: SN	
Complemento:	Bairro: SITIO JABURU		
Cidade: TIANGUÁ	UF: CE	CEP: 62320000	
Contrato: 06.2022	Celebrado em:		
Valor: R\$ 600.000,00	Tipo de contratante: Pessoa Física		
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE			
Situação: BAIXA DE ART			
Atendido: SIM	Data da Solicitação: 19/04/2023	Data do Atendimento:	
Motivo: CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO			
<b>3. Dados da Obra/Serviço</b>			
SITIO JABURU		Nº: SN	
Complemento:	Bairro: SITIO JABURU		
Cidade: TIANGUÁ	UF: CE	CEP: 62320000	
Data de Início: 15/09/2022	Previsão de Término: 04/10/2022	Coordenadas Geográficas: 4.651483, 40.926511	
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO	Código: Não Especificado		
Proprietário: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS SILVA		CPF/CNPJ: 873.948.853-68	
<b>4. Atividade Técnica</b>			
15 - Execução		Quantidade	Unidade
48 - Execução de montagem > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #11.4.11 - DE PAINEL SOLAR FOTOVOLTÁICO		100,00	Kw
<b>5. Observações</b>			
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SISTEMA FOTOVOLTAICA, COM USINA FOTOVOLTAICA DISTRIBUIDO EM REDE DE ALTA TENSÃO, COM QUATRO INVERSOR SOLAR 60KW TRIFÁSICO			
<b>6. Declarações</b>			







O objeto do presente certame é: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA, NO MUNICÍPIO DE ITAÍPOCA/CE." (Grifamos)

A Recorrente já executou os serviços que estão sendo licitados em diversos municípios do estado do Ceará, vejamos:

### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE-CE, inscrito no CNPJ: 07.569.205/0001-31, através da secretaria de infraestrutura de serviços públicos, neste ato representado pelo seu Engenheiro elétricista AYOANMA CUNHA DE AZEVEDO, portador da carteira profissional CREA 0614667704/CE, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: 22.346.772/0001-12, pessoa jurídica de direito privado, com sede da Rua Sub Estação, nº 25, Régis Diniz, Tianguá-CE, juntamente com o seu Engenheiro Elétrico, o Sr Fagner Sandro Carneiro Aragão, portador da carteira profissional CREA/CE nº0616131291, estão executando de maneira satisfatória e integral a Execução dos serviços **REFERENTE AO PRIMEIRO ADITIVO DO**

**CONTRATO 2021.06.14.001 DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE - CE, Por intermédio do CONTRATO Nº 2021.06.14.001, ART nº CE20221004636 tendo executado o período de 15 de junho de 2022 a 15 de junho de 2023, conforme descrição abaixo:**

### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA

O município de SÃO BENEDITO-CE, inscrito no CNPJ: 07.778.129/0001-74, através da SECRETARIA INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, neste ato representado pelo seu Engenheiro ELETRICISTA o Sr. Manuel Jesus Carvalho Mercado, portador da carteira profissional CREA/CE Nº 12178D, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: 22.346.772/0001-12, pessoa jurídica de direito privado, com sede da Rua Sub Estação, nº 25, Régis Diniz, Tianguá-CE, juntamente com o seu Engenheiro Elétrico, o Sr. Fagner Sandro Carneiro Aragão, portador da carteira profissional CREA/CE nº061613129-1, executaram de maneira satisfatória

a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE.** Por intermédio do **CONTRATO Nº 20210394/SEINFRA, ART principal Nº CE20210800504**, durante o período de 31 de MAIO de 2021 a 31 de maio de 2022

### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA

O município de GRAÇA - Ceará, inscrito no CNPJ: 23.467.889/0001-17, através da SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, neste ato representado pelo seu Engenheiro Eletricista, Sr. EMANOEL LEANDRO DE PAIVA DAMASCENO, portador da carteira profissional CREA nº 333009, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: 22.346.772/0001-12, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Sub Estação, 25 - Sub Estação - Tianguá- Ceara, juntamente com o seu Engenheiro Eletricista, o Sr. FAGNER SANDRO CARNEIRO ARAGÃO portador da carteira profissional CREA/CE nº 0607543442-CE, executaram de maneira satisfatória e integral a Execução

dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GRAÇA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO. Por intermédio do CONTRATO Nº 2019.07.12.01, ART Nº CE20190509726 referente ao período de 12 de JULHO de 2019 a 31 de JULHO de**







### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA PARCIAL

O município de IBIAPINA-CE, inscrito no CNPJ: 07.523.186/0001-02, através da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE, neste ato representado pelo seu Engenheiro ELETRICISTA o Sr. VICTOR OLIVEIRA MACEDO MARTINS, portador da carteira profissional CREA/CE N° 0620255030, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: **22.346.772/0001-12**, pessoa jurídica de direito privado, com sede da Rua Sub Estação, n° 25, Régis Diniz, Tianguá-CE, juntamente com o seu Engenheiro Eletricista, o Sr. Fagner Sandro Carneiro Aragão, portador da carteira profissional CREA/CE n°061613129-1, executaram de maneira satisfatória a **CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IBIAPINA**. Por intermédio do **CONTRATO N° 2021062201, ART principal N° CE20210810708**, tempo de vigência do dia 22/06/2021 a 22/06/2022, tendo executado o período de 22 DE JUNHO de 2021 a 30 de JANEIRO de 2022.

### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA

O município de CROATÁ- Ceará, inscrito no CNPJ: 10.462.349/0001-07, através da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, neste ato representado pelo seu Engenheiro Eletricista, Sr. AYOANMA CUNHA DE AZEVEDO, portador da carteira profissional CREA n° 0614667704, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: **22.346.772/0001-12**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Sub Estação, 25 - Sub Estação - Tianguá- Ceará, juntamente com o seu Engenheiro Eletricista, o Sr. FAGNER SANDRO CARNEIRO ARAGÃO portador da carteira profissional CREA/CE n° 0607543442-CE, executaram de maneira satisfatória e integral a Execução dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, FORNECIMENTO E EXECUÇÃO COM SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS EXISTENTES POR LED, RELATIVA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CROATÁ-CE**, por intermédio do **CONTRATO N° 2019.04.23.001, ART N° CE20190477881** referente ao período de 23 de ABRIL de 2019 a 23 de ABRIL de 2020.

### ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TECNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA-CE, inscrito no CNPJ: 07.598.592/0001-34, através da secretaria de infraestrutura e meio ambiente, neste ato representado pelo seu Engenheiro eletricista **RODOLFO DE SOUSA RODRIGUES**, portador da carteira profissional CREA 353802/CE, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: **22.346.772/0001-12**, pessoa jurídica de direito privado, com sede da Rua Sub Estação, n° 25, Régis Diniz, Tianguá-CE, juntamente com o seu Engenheiro Eletricista, o Sr Fagner Sandro Carneiro Aragão, portador da carteira profissional CREA/CE n°0616131291, estão executando de maneira satisfatória e integral a **Execução dos serviços de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA - CE**, Por intermédio do **CONTRATO N° 2022.04.11.01, ART n° CE20220967845** tendo executado o período de 18 de abril de 2022 à 18 de abril de 2023, conforme descrição abaixo.







## ATESTADO DE CAPACIDADE E APTIDÃO TÉCNICA PARCIAL

O município de URUOCA-CE, inscrito no CNPJ: 07.667.926/0001-84, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANISMO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, neste ato representado pelo seu Engenheiro ELETRICISTA o Sr. JOSÉ WILKER ROCHA FROTA, portador da carteira profissional CREA/CE Nº52.749, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ: 22.346.772/0001-12, pessoa jurídica de direito privado, com sede da Rua Sub Estação, nº 25, Régis Diniz, Tianguá-CE, juntamente com o seu Engenheiro Elétrico, o Sr. Fagner Sandro Carneiro Aragão, portador da carteira profissional CREA/CE nº061613129-1, executaram de maneira satisfatória a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RESTAURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE**. Por intermédio do **CONTRATO Nº 0022106.2022-01, ART principal Nº CE202210037388**, durante o período de 01 DE AGOSTO DE 2022 a 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

Fica evidente que a Recorrente cumpriu a exigência do item 5.2.3.3.1.1.4, bem como, possui grande expertise na execução de serviços de complexidade similar.

Vejamos, agora, a exigência contida no item 5.2.3.3.1.1.5, do Edital regulador do Certame:

5.2.3.3.1.1.5. Execução que realizou serviços de instalação, fornecimento e operação de sistema de telegestão, telemetria, tele controle ou telecomando de iluminação pública em tempo real (envia informações sobre ponto de luz ao software de gerenciamento e recebe ordens dadas remotamente pelo operador), admitidos atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A Recorrente atua no ramo da Iluminação Pública há mais de 10 (dez) anos, possuindo grande expertise em serviços similares, e até mesmo mais complexos, do que o objeto que está sendo licitado.

Dito isto, apresentamos os pontos do Acervo Técnico juntado pela Recorrente, onde foi comprovado o atendimento integral das exigências editalícias, incluindo o item 5.2.3.3.1.1.5, vejamos:

1.2 ADMINISTRATIVO	QUANT. DE COLABORADORES	QNTD DE HORAS P/ COLABORADOR	UNIDADE
Engenheiro (Gerente)	1	160	HOMEM x HORA
Eletrotécnico (Supervisor)	1	176	HOMEM x HORA
Atendente de Call-Center	1	176	HOMEM x HORA
Auxiliar Administrativo	1	176	HOMEM x HORA
ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES			





### 3.5 INSTALAÇÃO/ESCRITÓRIO

COMPUTADORES	
SOFTWARE OFFICE ( DEPRECIÇÃO)	
SOFTWARE GESTÃO DE IP (DEPRECIÇÃO)	
IMPRESORA	
ESTAÇÃO DE TRABALHO ( DEPRECIÇÃO)	
MOVEIS ( DEPRECIÇÃO)	
CUSTO ADMINIST ( SEGURANÇA +VIGILANCIA)	
CUSTO ADMINIST ( LIMPEZA	
ALUGUEL DO IMÓVEL COND. E IPTU	
AMOTIZAÇÃO REFORMA DE IMÓVEL	
AGUA+ENERGIA	
CORREIO MALOTE DESPECHO	
PAPELEIRA ( PAPEL MATERIAL ESCR)	



Comunidade Municipal de  
**São Benedito**

4.2 COMUNICAÇÃO	
TELEFONE	
INTERNET E LINKS	

3. DESPESAS DIVERSAS			
<b>3.1 COMUNICAÇÃO</b>			<b>QUANT.</b>
Telefone fixo			1
Telefone celular			2
Internet e links			1
<b>SUBTOTAL INSTALAÇÕES/ESCRITÓRIO (MÊS)</b>			
<b>3.2 ESCRITÓRIO</b>			<b>QUANT.</b>
Computadores (depreciação)	UNxMÊS		4,00
Software Gestão de IP (depreciação)	UNxMÊS		2,00
Impressora	UNxMÊS		2,00
Custo administrativo (Limpeza)	UNxMÊS		1,00
Aluguel do Imóvel, condomínio e IPTU	UNxMÊS		1,00
Água	M³xMÊS		20,00
Energia Elétrica	KWxMÊS		300,00
Papelaria (papel, material escritório,...)	UNxMÊS		1,00

1.2 ADMINISTRATIVO	QUANT. DE COLABORADORES	QNTD DE HORAS P/ COLABORADOR	UNIDADE
Engenheiro (Gerente)	1	160	HOMEM x HORA
Eletrotécnico (Supervisor)	1	176	HOMEM x HORA
Atendente de Call-Center	1	176	HOMEM x HORA
Auxiliar Administrativo	1	176	HOMEM x HORA







3.1 COMUNICAÇÃO			QUANT.
Telefone fixo			
Telefone celular			
Internet e Links			
3.2 ESCRITÓRIO			QUANT.
Computadores (depreciação)		UNxMÊS	4,00
Software Gestão de IP (depreciação)		UNxMÊS	2,00
Impressora		UNxMÊS	2,00
Custo administrativo (Limpeza)		UNxMÊS	1,00
Aluguel do imóvel, condomínio e IPTU		UNxMÊS	1,00
Água		M <sup>3</sup> xMÊS	20,00
Energia Elétrica		KWxMÊS	300,00

A Recorrente executou os serviços de Telegestão, incluindo implantação e administração, dos pontos de IP de todo o parque de iluminação Pública dos municípios que emitiram os referidos atestados, ou seja, o quantitativo comprovado, supera com grande sobra, as 150 unidades exigidas.

Vejamos o objeto principal dos Atestados apresentados pela Recorrente:

**maneira satisfatória e integral a Execução dos serviços REFERENTE AO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO 2021.06.14.001 DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE - CE, POR intermédio do CONTRATO N° 2021.06.14.001, ART II CE20221004636 tendo executado o período de 15 de junho de 2022 à 15 de junho de 2023 , conforme descrição abaixo:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DO NORTE - CE**

ITEM	COMP	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
1		GRUPO 01 - SERVIÇO DE MANUTNEÇÃO E GERENCIAMENTO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
1	PMGN - MAN	SERVIÇO DE MANUTNEÇÃO E GERENCIAMENTO COMPLETO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MÊS	12,00 x 5.887
		TOTAL DE PONTOS		70.644

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE. Por intermédio do CONTRATO N° 20210394/SEINFRA, ART principal N° CE20210800504, durante o período de 31 de MAIO de 2021 a 31 de maio de 2022**

ITEM	COMP	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SÃO BENEDITO - CE PRODUTOS - ESPERIFICAÇÕES	UN	QUANT.
1.0		GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12	MESES
1	1.1	PREÇO UNITARIO POR PONTO LUMINOSO 4647 PONTOS X 12 MESES	UND	55.764,00
2.0		SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, EDIFICAÇÃO ENERGETICA OBRAS MELHORIAS E AMPLIAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS		







Ficou claro que a Recorrente comprovou, através de seu Acervo Técnico, que seus Responsáveis Técnicos possuem expertise nos pontos exigidos no item 5.2.3.3.1.1.5.

Vejamos, agora, a exigência contida no item 5.2.3.4.2, alíneas "D" e "E", do Edital regulador do Certame:

5.2.3.4.2. Para fins de comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância técnica e/ou de valor financeiro significativo ao atendimento do objeto **obrigatoriamente todas as constantes da Tabela 01 adiante:**

d	Execução de serviços de instalação e montagem sistema de geração de energia fotovoltaico, com Atestado com potência mínima de 126 KWp. Referente aos itens/serviços 3.77, 3.78 e 3.79 da Planilha Orçamentária.	Técnica e Financeira	A e B	Serviço entre os mais relevantes da Curva ABC e um dos principais do Objeto.
e	Execução de serviços de instalação, fornecimento e operação de sistema de telegestão, telemetria, tele controle ou telecomando de iluminação pública em tempo real (envia informações sobre ponto de luz ao software de gerenciamento e recebe ordens dadas remotamente pelo operador), com Atestado com quantidade mínima de 150 (cento e cinquenta) unidades. Referente aos itens/serviços 3.80 da Planilha Orçamentária.	Técnica e Financeira	A	Serviço entre os mais relevantes da Curva ABC e um dos principais do Objeto.

A Recorrente mais uma vez desconhece por qual razão essa nobre CPL decidiu por sua inabilitação, tendo em vista que seu Acervo Técnico comprova sua expertise em todos os serviços exigidos, incluindo o descrito no item 5.2.3.4.2, alíneas "D" e "E", conforme podemos verificar através dos apontamentos colacionados na defesa dos itens 5.2.3.3.1.1.4 e 5.2.3.3.1.1.5, pois as exigências do item 5.2.3.4.2, alíneas "D" e "E" dizem respeito a qualificação técnica operacional, e toda a sua qualificação técnica apresentada no presente Certame, foi emitida em nome da Requerente.

É sempre válido destacar que a fase de habilitação do processo licitatório destina-se à verificação da capacidade e da idoneidade do licitante em executar o objeto da contratação frente à documentação exigida no instrumento convocatório, a qual, em função do princípio da legalidade, deve limitar-se à prevista na Lei 8.666/93, salvo exigências de qualificação técnica previstas em lei especial.

Ademais, as exigências a título de habilitação consignadas nos instrumentos convocatórios devem se limitar apenas às estritamente necessárias a garantir a adequada execução do objeto, ante regra imposta pela Constituição Federal:







"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**".

(Grifo nosso)

O art. 30 da Lei 8.666/93 rege a habilitação técnica que pode ser exigida nos certames públicos. Nele está contida o que pode, e o que não pode ser exigido para referida habilitação profissional, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

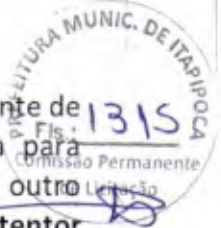
III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:







I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

II - (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).







II - (Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

§ 11. (Vetado).

§ 12. (Vetado).  
(Grifos nossos)

**Conforme podemos verificar na íntegra do Art. 30 da Lei 8.666/93, não existe qualquer previsão de que os atestados de capacidade técnica sejam idênticos ao objeto da Licitação, muito pelo contrário, sempre que possível, a contratação deverá assegurar o maior número de participantes, em atendimento ao preceito constitucional da isonomia, a fim de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa.**

Vale ressaltar, que a Recorrente apresentou atestados de capacidade técnica referente obras e serviços semelhantes, bem como, de complexidade superior, além das quantidades além do que está sendo exigido no objeto licitado.

**Restringir o universo de participantes, através de exigência de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, seria excluir àqueles que poderiam atender à necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no art. 37, XXI da CF:**

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições







efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações** (Grifo nosso)



Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior na realização de serviço ou a objeto idêntico ao que será contratado. Exceto nos casos em que a restrição for essencial ao cumprimento da obrigação.

Neste sentido, se pronunciou o TCE/MG, como podemos extrair da denúncia de nº 812.442. Vejamos trecho da ementa:

**"1. Edital de licitação não pode conter exigência de qualificação técnica que não seja indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais e que não esteja prevista em lei. (...)**  
**3. A exigência de experiência anterior na execução de objeto idêntico ao licitado só e possível se houver justificativa razoável e se não ofender o princípio da competitividade, nem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa".**  
(Grifos nossos)

Este é também o entendimento do TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000[2], em resposta a um de seus jurisdicionados:

**"Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a licitação a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites".**  
(Grifo nosso)

É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, a fim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.

Vale ressaltar que o Acervo de Capacidade Técnica apresentado pela Recorrente, é plenamente compatível, e até mesmo superior, ao objeto do presente Certame, motivo pelo qual a decisão que culminou na Inabilitação da mesma, merece uma total revisão, e sua, conseqüente, reforma.







#### 4 – DO EXCESSO DE FORMALISMO

Conforme se extrai da regra inserta no parágrafo único do art. 4º da Lei 8.666/93, a licitação é regida pelo “Princípio do Procedimento Formal”. Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito mas, também, do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere.

Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo.

Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.

Para se evitar situações como essas no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, expressão muito bem colocada por Marçal Justen Filho. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração.

Vejamos algumas decisões sobre o excesso de formalismo aplicado nos procedimentos licitatórios:

MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ:

**MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.**

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.







2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

3. Segurança concedida.

(DJ 07/10/2002)

(Grifo nosso)

2ª Turma: REsp nº 1.190.793/SC, rel. Ministro CASTRO MEIRA:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AFASTADA. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ANVISA. EDITAL. NÃO-EXIGÊNCIA.

(...)

2. O acórdão recorrido concluiu que tanto o objeto - contratação de serviços de oxigenoterapia domiciliar-, quanto o edital do certame dispensavam Licença de Funcionamento expedida pela Anvisa, porquanto a licitação não objetivava a "comercialização de equipamentos" que exigiria a autorização do órgão de vigilância, nos termos da lei.

3. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados.

4. Recurso especial não provido.

(DJe 08/09/2010)

(Grifo nosso)

2ª Turma: RMS nº 15.530/RS, rel. Ministra ELIANA CALMON:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - FORMALIDADES:  
CONSEQÜÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato.

2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente.







3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança.

4. Recurso provido.

(DJ 01/12/2003)

(Grifo nosso)

TJ-MA - MANDADO DE SEGURANÇA MS 2952006 MA (TJ-MA)

Data de publicação: 21/03/2007

Ementa: ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA - DESCLASSIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA EDITALÍCIA - EXCESSO DE FORMALISMO - OFENSA AO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO. I - Apresentando a impetrante proposta com o menor preço, sendo, portanto, a mais vantajosa para a Administração, antevejo que, no caso concreto, a sua desclassificação por ter apresentado "síntese dos serviços quando deveria ser uma descrição completa dos mesmos", está fincada em juízo de valor eminentemente subjetivo, em clara ofensa ao princípio do julgamento objetivo, na medida em que a proposta apresentada descreve de forma satisfatória os serviços a serem prestados, que não causa nenhum prejuízo ao Estado e nem compromete o equilíbrio entre as licitantes. II - Embora o procedimento da licitação observe o princípio formal, não se deve confundir este com formalismo, não se permitindo que a Administração Pública se valha de formalismos desnecessários à licitação e à execução do contrato. III - Segurança concedida. Unânime  
(Grifo nosso)

TJ-MA - Não Informada 62002012 MA (TJ-MA)

Data de publicação: 19/04/2012

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO. RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERESSE PÚBLICO. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. REGIMENTAL PROVIDO. I - Demonstrado no agravo regimental elementos que evidenciam a ausência dos requisitos para o deferimento da liminar em ação de mandado de segurança deve este ser provido. II - A desclassificação de concorrente de licitação que apresenta menor preço com base







na análise pontual de item de edital evidencia ofensa ao interesse público de buscar a proposta mais vantajosa. III - **As regras editalícias devem ser analisadas de modo sistemático a fim de buscar a finalidade da lei e evitar o excesso de formalismo.** (Grifo nosso)

TRF-2 - REMESSA EX OFFICIO REO 200951010242376 RJ  
2009.51.01.024237-6 (TRF-2)

Data de publicação: 18/11/2010

Ementa: ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO - ABERTURA DE ENVELOPES – EXCESSO DE FORMALISMO - ERRO SANÁVEL – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. I- Trata-se de Remessa Necessária nos autos do Mandado de Segurança interposto por HOSPFAR IND/ E COM/ DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e FBM INDÚSTRIA FARCÊUTICA LTDA., em face da r. Sentença que julgou procedente o pedido e concedeu a segurança, ratificando a liminar deferida, para determinar ao Impetrado que promovesse a abertura dos envelopes nos quais constavam as propostas de preços das Impetrantes quanto ao pregão presencial 12 /2009 em igualdade de condições com as demais licitantes. II- Objetivaram as Impetrantes com o mandamus a revisão da decisão administrativa que obistou abertura das propostas de preço que as duas empresas impetrantes equivocadamente lançaram nos envelopes destinados à documentação de habilitação, a fim de assegurar que a parte impetrada considerasse os referidos preços respectivamente propostos sem impor um rigor formal excessivo neste procedimento, eis que o alegado equívoco levou à desclassificação de ambas na licitação promovida pelo Hospital Central da Aeronáutica (Edital de Pregão nº 012/DIRSA-HCA/2009). III- Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666 /93, art. 41 ), e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal. IV- O equívoco cometido pelas Impetrantes de troca de conteúdo dos envelopes com os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços não trouxe prejuízos à regularidade da licitação, tratando-se de erro sanável. V- Negado provimento à Remessa Necessária.

(Grifo nosso)







É preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público. É a ideia da instrumentalidade do procedimento, que também é de ser aplicada.

Dessa forma, e conforme foi amplamente demonstrado através das decisões de diversos Tribunais pátrios, o excesso de formalismo é prática que deve ser banida dos procedimentos licitatórios, pois fere mortalmente o interesse da Administração Pública.

## 5 – DA APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DE TODO O PROCESSO LICITATÓRIO

A **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**, cumpriu todas as exigências previstas no instrumento convocatório, e a sua inabilitação, bem como, a declaração de **HABILITAÇÃO** apenas de uma concorrente, no caso a empresa **DINAMIC SERVIÇOS LTDA** – CNPJ Nº 11.129.714/0001-10, vai de encontro aos princípios que norteiam os processos licitatórios, especialmente o da **AMPLA CONCORRÊNCIA**.

Conforme nos é garantido, temos o direito de acompanhar todo e qualquer processo licitatório. A Lei 8666/93 em seu art. 3º, § 3º, bem como, em seu art. 63 nos assegura tal direito, vejamos:

**Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da PUBLICIDADE, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

(...)

**§ 3º - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.**

(Grifos e destaques nossos)

**Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a**





qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.  
(Grifos e destaques nossos)

A Constituição Federal também assegura o direito de acesso ao processo licitatório, vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

**XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;**

(Grifos e destaques nossos)

Observe o que ressalta o mestre Hely Lopes Meirelles em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo, 15ª edição":

"A publicidade da licitação abrange desde a divulgação do aviso de sua abertura até o conhecimento do edital e de todos os seus anexos, o exame da documentação e das propostas dos interessados e o fornecimento de certidões de quaisquer peças, pareceres ou decisões relacionados ao processo licitatório, desde que solicitados em forma legal e por quem tenha legitimidade para pedi-los."

Os princípios da publicidade e da transparência da atividade administrativa é que dão legitimidade à conduta do administrador e demonstram, de forma explícita, o atendimento ao interesse público.

Dessa forma, requeremos o fornecimento de cópia integral de todo o processo licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23.23.09/CP, incluindo os documentos de habilitação da empresa DINAMIC SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 11.129.714/0001-10.







## 6 – DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

A **SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**, cumpriu todas as exigências previstas no instrumento convocatório, de acordo com a legislação pátria e normas dos órgãos responsáveis pela certificação das concorrentes.

Lembramos que um dos princípios norteadores do Direito Administrativo, em especial no que diz respeito à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é o princípio da Legalidade e competência vinculada. O insigne Jurista Marçal Justen Filho, em sua festejada obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assim se posiciona sobre o tema, onde **a Comissão nunca deve perder o sentido principal de um processo de licitação, que é a promoção da competitividade.**

Uma vez frustrada esta expectativa, fica o Certame desprovida de seu principal objetivo.

Neste sentido, vejamos o que diz Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo em sua obra Direito Administrativo, 7ª edição:

**“A doutrina conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelas entidades governamentais, em que, observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações a que eles de propõem.”**

(Grifo nosso)

Continuando o pensamento em sua obra, o Ilustre Jurista assim se pronuncia:

**“É certo que a administração deverá obter a proposta mais vantajosa. Mas selecionar proposta mais vantajosa não é suficiente para validar a Licitação. A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais. Portanto, deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa mas, além disso, têm de respeitar-se os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia. Por mais vantajosa que fosse a proposta selecionada, não seria válida licitação que violasse direitos e garantias individuais”.**





Sendo assim, a SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA entende como completamente equivocada a decisão que a inabilitou, motivo pelo qual pugna pela sua reforma, e, conseqüentemente, continuar participando do presente Certame, pois entende que a mesma foi injusta e incoerente, observando-se, assim, todos os princípios da concorrência em contendo.

## 6 – DOS PEDIDOS

Isto posto requer:

1 – A reforma da decisão que, indevidamente, inabilitou a empresa SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, ora Recorrente, já que, conforme toda exposição constante no presente Recurso Administrativo, a referida empresa **CUMPRIU TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL REGULADOR DO CERTAME**, e, conseqüentemente tornando-a **HABILITADA**;

2 – O fornecimento de cópia de todo o processo licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23.23.09/CP, incluindo os documentos de habilitação da empresa DINAMIC SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 11.129.714/0001-10.

Requer ainda, que o presente Recurso Administrativo seja acolhido e julgado procedente, em todos os seus termos, e caso assim não entenda esta Comissão, que remeta à autoridade superior, tudo por ser uma questão da mais inteira Transparência e Justiça.

Ratifica-se que não havendo acatamento dos argumentos hora apresentados, encaminhar-se-á, a presente peça aos órgãos de fiscalização e controle.

Termos em que pede e espera deferimento.

Tianguá/CE, 15 de dezembro de 2023.

**SALES CAVALCANTE**  
**LIMA:04116502383**

Assinado de forma digital por  
SALES CAVALCANTE  
LIMA:04116502383  
Dados: 2023.12.15 15:48:00 -03'00'

**SAVIRES ILUMINAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA**  
**CNPJ nº 22.346.772/0001-12**  
**SALES CAVALCANTE LIMA**  
**Representante Legal**

